

## **A REPÚBLICA BRASILEIRA NO CONTEXTO DO CAPITALISMO INTERNACIONAL: A INTERVENÇÃO NORTE-AMERICANA NA REVOLTA DA ARMADA DE 1893**

**Naira Vasconcellos Maia**

Quando nos propomos a estudar o período que tradicionalmente é entendido como o da consolidação republicana, ou seja, o período correspondente aos governos militares de Deodoro e Floriano, não podemos deixar de considerar as relações do regime recém inaugurado com as novas tendências do capitalismo internacional. Seria um grande engano supor que a dinâmica da economia mundial não tenha influenciado, decisivamente, a história brasileira neste período.

A partir de 1870, verificou-se o processo de desintegração da hegemonia britânica como o grande centro imperialista, iniciando-se a disputa, entre os países já industrializados, pelo domínio de regiões fornecedoras de matérias-primas.

Durante as três últimas décadas do século passado, a França adquiriria 3.500.000 milhas quadradas na África e na Indochina, a Alemanha anexaria um território de um milhão de milhas quadradas com 13 milhões de habitantes e os Estados Unidos, reinterpretando a Doutrina Monroe, procuravam assegurar seu predomínio no continente americano.<sup>1</sup>

Também neste período, a Grã-Bretanha começou a perder, paulatinamente, sua primazia industrial: em 1870 o império britânico detinha 31,8% da produção industrial do mundo, e entre 1896 e 1900 o primeiro lugar já era ocupado pelos Estados Unidos, com 30% da produção total. A Grã-Bretanha passava para segundo lugar (19,5%), seguida muito de perto pela Alemanha que era responsável por 16,6% da produção mundial.<sup>2</sup>

É desnecessário argumentar que estas transformações no centro do sistema viriam afetar diretamente os países periféricos, e nos parece correto afirmar que tanto a abolição da escravatura como a implantação da República no Brasil devem ser também explicadas

como tentativas de adaptação dos interesses oligárquicos às mudanças ocorridas naquele centro.

A inspiração norte-americana presente em nossa Constituição de 1891 pode ser tomada como um exemplo deste esforço empreendido pelas classes dominantes locais no sentido de colocar o Brasil em sintonia com os novos rumos do capitalismo internacional.

É sob esta perspectiva que devemos explicar a "americanização" da política brasileira no início da era republicana. A República nasceu para modernizar, democratizar, e, fundamentalmente, varrer do país todos os "riscos" coloniais. É evidente que esta onda progressista, da qual o Encilhamento foi mero sintoma, se confundiria com uma acentuada xenofobia anti-britânica. Era preciso combater tudo que lembrasse o passado e, sobretudo, o capital inglês que havia apoiado a monarquia e a escravidão.

Os representantes do nascente movimento industrial acusavam os ingleses de impedir o desenvolvimento de nosso país, "miseravelmente explorado e reduzido a mero entreposto comercial."<sup>3</sup>

Nas atas das sessões do Governo Provisório podemos encontrar evidências de que os líderes do novo regime estavam realmente interessados numa política de aproximação com os Estados Unidos. Benjamin Constant foi o grande defensor de "uma política exclusivamente americana", justificada pelo fato de que poderíamos conseguir nos Estados Unidos "dinheiro muito mais barato do que até hoje temos tido."<sup>4</sup>

"Sigamos pois, a política de Monroe", aconselhava Benjamin Constant aos membros do Governo Provisório.<sup>5</sup>

Esta tentativa de "americanização" empreendida pelo governo revolucionário seria muito bem recebida em Washington e o Secretário de Estado norte-americano, ao dirigir-se ao embaixador brasileiro, Salvador Mendonça, afirmava:

A manifestação cordial de sentimentos de amizade demonstrada pela nação brasileira para com o povo deste país é sincera e prazerosamente apreciada e retribuída. É com prazer que expresso ao senhor, como representante deste governo e do povo, a esperança de que as relações de amizade que agora existem entre os dois países possam ser preservadas e solidificadas pela semelhança e solidariedade nos

regimes políticos e pelo intercâmbio e cortezias de vizinhança próxima.<sup>6</sup>

A simpatia que os Estados Unidos demonstravam pela "Sister Republic", bem como o interesse em manter cordiais relações com o Brasil devem ser entendidos no contexto da política expansionista norte-americana.

Nas três últimas décadas do século passado, a economia norte-americana entrara numa crise de super-produção. O rápido desenvolvimento industrial possibilitara a produção, em larga escala, de bens que o país não tinha condições de consumir. Tal como afirmava o Secretário de Estado em 1881, "nossos vastos recursos são insuficientes para dar vazão à infatigável energia de nossos cidadãos."<sup>7</sup>

Os dados referentes a produção de algodão fornecem um bom exemplo da crise gerada pela crescente mecanização da agricultura: em 1870, os Estados Unidos produziram 4.300.000 fardos de algodão, sendo que em 1891 esta produção crescia para 9.000.000 de fardos. Em consequência desta super-produção, o preço do algodão caíria de 18 centavos de dólar por libra em 1871 para 7 centavos de dólar, vinte anos mais tarde.<sup>8</sup> O problema da queda de preços não se limitava apenas ao algodão, estendendo-se também aos principais produtos agrícolas tais como trigo e fumo.

Já em 1870, os Estados Unidos dependiam largamente do mercado externo para colocar seu excedente agrícola. No período correspondente aos últimos trinta anos do século passado a exportação do algodão flutuava entre 66% e 82% da produção total e a exportação do fumo variava entre 41% e 79% da colheita nacional.<sup>10</sup>

Um dos estudiosos da economia norte-americana deste período afirma que:

Se os mercados externos significavam, para os industrialistas, bons lucros ao invés de medíocres; para os plantadores estes mercados significavam a diferença entre estar solvente ou falido.<sup>11</sup>

Ao que tudo indica, a revolução industrial nos Estados Unidos colocara, não apenas a sorte dos produtores, mas a própria sobrevivência do sistema na dependência dos mercados externos.

Por volta de 1890, tanto conservadores como reformistas estavam plenamente convencidos de que os problemas de sua socie-

dados eram conseqüência da falta de mercado para seus produtos. Acreditavam eles que uma adequada política externa, orientada no sentido do expansionismo comercial, poderia garantir a prosperidade econômica do país, assegurar a democracia e evitar a agitação social.

O historiador Frederick Jackson Turner em um trabalho apresentado em dezembro de 1893, num encontro da American Historical Association, sintetizava o pensamento expansionista da intelectualidade norte-americana:

Por três séculos o fato predominante da vida norte-americana tem sido a expansão... as exigências de uma política externa vigorosa, de um canal inter-oceânico, de restauração de nosso poder marítimo, e de estender a influência americana a ilhas distantes e a países vizinhos, são indicações que este movimento irá continuar.<sup>12</sup>

Cumprir notar que o expansionismo norte-americano, nas duas décadas do século passado, se orientou, fundamentalmente, na busca de "portas abertas para o comércio".

James G. Blaine, Secretário de Estado em 1881 e novamente no governo de Benjamin Harrison (1889-1893), seria um dos maiores representantes da "política de portas abertas".

Em 1890, ele escrevia:

Nossa grande necessidade é expansão, quero dizer, expansão do comércio com países onde possamos realizar trocas lucrativas. Nós não estamos querendo anexar territórios... Ao mesmo tempo eu acho que não seria sensato se deixássemos de nos engajar naquilo que o jovem Pitt chamou de anexação comercial.<sup>13</sup>

Buscando resolver através da expansão comercial os problemas decorrentes da super-produção, Blaine basearia sua política externa na exploração dos mercados da América Central e do Sul.

Para tornar viáveis e legítimos seus objetivos expansionistas, o Secretário de Estado norte-americano promoveria a "fraternal aliança" entre as nações do continente, cujos esforços seriam orientados no sentido de assegurar a paz e desenvolver as relações comerciais entre os países participantes da união panamericana.

Um dos estudiosos da política externa de Blaine notaria, entretanto, que:

A idéia de uma união para promover a paz parece ter sido secundária no seu pensamento, apesar dele querer preservar a tranqüilidade hispano-americana para, deste modo, assegurar o comércio.<sup>14</sup>

As preocupações de Blaine para com a estabilidade política do continente não se restringiram somente à América espanhola como afirma Wilgus, estendendo-se também à nova república brasileira. O exame da correspondência oficial entre o Secretário de Estado e seu representante no Rio de Janeiro nos fornece evidências da preocupação de Blaine com a crise política no Brasil.<sup>15</sup>

Com o propósito de assegurar o predomínio norte-americano no continente, Blaine presidiu a primeira Conferência Pan-Americana inaugurada em 2 de outubro de 1889.<sup>16</sup> Apesar de serem discutidos, durante os seis meses em que se prolongaram os encontros, projetos pouco viáveis tais como a construção de uma estrada de ferro, interligando a América do Norte com a do Sul, e a criação de uma moeda comum a todas as nações do continente, a delegação norte-americana se empenharia, fundamentalmente, em defender seus interesses econômicos. Descritos pelo **New York Herald** como "os amigos pessoais, políticos ou de negócios, do Sr. Blaine",<sup>17</sup> os dez representantes dos Estados Unidos seriam os responsáveis diretos pelo único resultado prático da Conferência, ou seja, a proposta de que as nações presentes no encontro negociassem com seu país tratados comerciais que favorecessem, reciprocamente, as partes envolvidas no acordo.

As delegações do Chile e da Argentina votariam contra tal proposta, alegando que os Estados Unidos dispunham de quase todas as matérias primas produzidas na América Latina, o que dificultaria a reciprocidade dos tratados.<sup>18</sup>

Enquanto Blaine dirigia os trabalhos da 1.ª Conferência Pan-Americana, o Congresso Norte-Americano discutia a McKinley Bill, visando impor taxas de importação sobre o couro, que entrava nos Estados Unidos isento de impostos, e elevar os direitos alfandegários sobre a entrada da lã. O açúcar e o café, segundo a proposta de McKinley, deveriam entrar no país livres de qualquer tarifa aduaneira.

Blaine promoveria uma grande campanha contra tal projeto, afirmando que o mesmo comprometeria muito o sucesso da política

externa norte-americana. Eliminando, a priori, as taxas de importação sobre o café e o açúcar, os Estados Unidos perderiam o poder de barganha na negociação dos tratados de comércio. Por outro lado, ao elevar as tarifas sobre a entrada do couro e da lã, seu país não teria condições de oferecer qualquer vantagem às nações latino-americanas, em troca de concessões comerciais.

Em abril de 1890, Blaine escrevia:

É um grande engano impedir a entrada do couro e da lã, o que vem acontecendo por muito tempo. Isto é uma bofetada na face dos sul-americanos com quem estamos tentando comerciar... O movimento é imprudente do começo ao fim — em toda a sua forma e conteúdo.<sup>19</sup>

Preocupado em garantir o mercado interno para os produtos nacionais Blaine afirmava que a reciprocidade nos tratados comerciais não viria, de modo algum, prejudicar os interesses da classe produtora norte-americana. Os Estados Unidos fariam concessões tarifárias apenas às mercadorias que não oferecessem concorrência à produção doméstica. Em suas próprias palavras, os acordos comerciais não permitiriam que entrasse em seu país "outro saco de trigo ou outro tonel de banha".<sup>20</sup>

Foi, fundamentalmente, devido aos esforços do Secretário de Estado que o projeto de lei tarifária sugerido por McKinley sofreria modificações de modo a facilitar a reciprocidade na negociação de tratados de comércio.

Assinada em 1.º de outubro de 1890 pelo presidente Benjamin Harrison, a McKinley Bill estipulava que açúcar, melão, café, chá e couros entrariam nos Estados Unidos isentos de qualquer taxa de importação, uma vez que os países exportadores também oferecessem vantagens alfandegárias aos produtos norte-americanos. Por outro lado, Harrison estava autorizado a suspender a livre entrada dos artigos acima mencionados nos Estados Unidos, caso tais acordos se mostrassem, no seu próprio julgamento, "reciprocamente desiguais e não razoáveis", isto é, nocivos aos interesses de seu país.

Sob a ameaça de verem suas matéria-primas excluídas do mercado norte-americano, os países do continente, com exceção da Colômbia, Haiti e Venezuela, assinariam tratados comerciais com os Estados Unidos.

O Brasil seria o primeiro país latino-americano a concordar com a lei da reciprocidade, assinando o Tratado Comercial de 5 de Fevereiro de 1891. Este acordo, que na opinião de dois historiadores norte-americanos significou "o mais importante tratado assinado sob a lei tarifária de McKinley",<sup>22</sup> deliberava que o açúcar, café, melão e os couros brasileiros entrariam nos Estados Unidos isentos de qualquer tarifa alfandegária. O Brasil, por sua vez, concederia o mesmo privilégio a certos produtos norte-americanos tais como trigo, batatas, feijão, carne de porco salgada, peixe seco, ferramentas agrícolas e todo o maquinário destinado à indústria e à construção de estradas de ferro. O acordo determinava também que nosso país concederia aos Estados Unidos uma redução de 25% nas taxas de importação sobre banha, bacon, manteiga, carnes enlatadas e sobre as manufaturas de algodão, couro, madeira, borracha e ferro.<sup>23</sup>

No Congresso Brasileiro, foi grande o movimento de oposição ao acordo aduaneiro de 5 de Fevereiro. No dia seguinte à assinatura do tratado, Leite Otizica subia à tribuna para denunciar que a isenção ou abatimento das taxas alfandegárias sobre os produtos norte-americanos muito prejudicavam o tesouro nacional, uma vez que os direitos sobre a importação constituíam a base da receita da União.<sup>24</sup> Antão de Faria, representando a bancada do Rio Grande do Sul, criticava o governo Provisório afirmando que, ao contrário dos Estados Unidos, o Brasil havia concedido isenção de impostos a matérias-primas que eram produzidas localmente. Citava como impropriedade a concessão feita ao trigo norte-americano, uma vez que o trigo gaúcho podia, em sua opinião, suprir todo o continente.<sup>25</sup>

Em abril de 1891, o ministro norte-americano no Brasil escrevia a Blaine afirmando que o sentimento de repulsa ao tratado havia se generalizado na capital do país:

... a manifestação geral na cidade, tanto da imprensa como dos indivíduos, é ainda adversa ao tratado de Reciprocidade e parece ser óbvio que, quando o Congresso reassumir em junho, um grande esforço será feito no sentido de revogar ou alterar o decreto assinado pelo Governo Provisório, a não ser que isso seja proibido pelos termos do acordo.<sup>26</sup>

Tomando conhecimento desta mensagem, o Departamento de Estado enviaria instruções ao ministro Conger, solicitando que este alertasse o governo brasileiro para o fato de que a suspensão do tratado muito prejudicaria "as boas relações entre os dois países."<sup>27</sup>

Os maiores críticos do tratado seriam os líderes do movimento industrial, na medida em que o acordo aduaneiro abria nosso mercado interno para a concorrência das manufaturas norte-americanas com as quais a indústria nacional não tinha condições de competir. Nas palavras de Aristides Lobo eram "tantos e tão maus os resultados deste tratamento para as indústrias nascentes do país, que parece inútil a razão que se pode alegar e que justifique as causas deste tratado."<sup>28</sup>

O argumento que o Governo Provisório usou para explicar a assinatura do tratado, ou seja, a possibilidade de reerguer a decadente produção açucareira do Nordeste brasileiro, logo mostrou-se insustentável. A assinatura de um acordo comercial entre o governo americano e a Espanha, concedendo ao açúcar cubano livre entrada nos Estados Unidos veio frustrar completamente a expectativa brasileira. Cuba, e não o Brasil, seria a grande beneficiária da concessão aduaneira oferecida pelos Estados Unidos: entre 1891 e 1893 as exportações cubanas para o mercado norte-americano saltariam de 54 para 79 milhões de dólares,<sup>29</sup> enquanto que as brasileiras declinariam de 83 para 76 milhões.<sup>30</sup>

Vários historiadores norte-americanos se preocuparam em demonstrar que a importância do tratado de 5 de Fevereiro, no plano econômico, foi praticamente nula: os produtos brasileiros não passaram a desfrutar de uma posição privilegiada no mercado norte-americano, nem os Estados Unidos aumentaram suas exportações para o Brasil. O reduzido mercado interno brasileiro, a concorrência dos países europeus e a inexistência de uma infra-estrutura comercial norte-americana em nosso país foram alguns dos fatores que prejudicaram o sucesso do acordo, sob o ponto de vista dos interesses econômicos dos Estados Unidos.<sup>31</sup>

Cumprido, entretanto, notar que a inviabilidade econômica do tratado não invalida, de forma alguma, seu significado político. O acordo comercial de 5 de Fevereiro deve ser considerado não no plano de seus resultados econômicos imediatos, mas sim no quadro geral da política externa norte-americana.<sup>32</sup>

Conforme foi discutido anteriormente, o comércio com as regiões subdesenvolvidas do globo representou a "tábua de salvação" para a crise de super-produção que abateu a economia norte-americana no final do século passado. Considerando que a América Latina deveria assumir um papel de grande destaque no contexto da política expansionista dos Estados Unidos, parece bastante explicável que o Departamento de Estado se empenhasse no sentido de eliminar do continente a concorrência européia e em manter, o



tanto possível, os governos latino-americanos dentro de sua área de influência. E foi na tentativa de conquistar tais objetivos que os Estados Unidos assinariam o tratado comercial de 1891 e, dois anos mais tarde, interviriam na Revolta da Armada, apoiando o governo de Floriano Peixoto.

Não é objetivo deste trabalho descrever os momentos da Revolta da Armada, mas sim apontar seu significado no quadro político do novo regime. As causas da ação revolucionária encontram-se diretamente relacionadas com a estrutura das forças armadas brasileiras, no período que ora estudamos. A inexistência de uma diretriz política comum, as dissidências entre as várias facções e a disputa pelo poder foram os traços característicos predominantes dos corpos militares nacionais nos primeiros anos do regime republicano.<sup>33</sup>

Nos primeiros dias do mês de setembro de 1893, o almirante Custódio de Mello chefiava o movimento revolucionário da Marinha, justificando sua ação como uma tentativa de eliminar a política discriminatória de Floriano em favor do Exército.

... a parcialidade do Marechal na distribuição da Justiça entre os oficiais das duas corporações, e com o propósito caro de deprimir a Marinha, irritou ainda mais a esta corporação que via no poder Executivo um inimigo, e, portanto, nenhum outro meio tinha senão lançar mãos das armas, para conseguir justiça uma vez que também não podia contar com os outros dois poderes escravizados ao Executivo um inimigo, e, portanto, nenhum outro meio tinha senão lançar mãos das armas, para conseguir justiça uma vez que também não podia contar com os outros dois poderes escravizados ao Executivo.<sup>34</sup>

A participação dos Estados Unidos no movimento revolucionário de 1893 merece, neste trabalho, especial atenção, uma vez que ela nos fornece evidências de que a história brasileira foi, no início da era republicana, decisivamente influenciada pela política expansionista norte-americana.

Percebendo que a situação era de extrema gravidade e que as forças governistas não teriam condições de manter a posse da capital do país, caso os navios revoltosos decidissem atacá-la, Floriano decidiu solicitar o apoio das nações estrangeiras que estivessem representadas na baía.

Sob o pretexto de manter estrita reserva em relação aos a-

contecimentos políticos do Brasil, o representante da esquadra norte-americana e dos demais países consultados se negariam a participar de uma conferência promovida pelo governo brasileiro, na qual seriam discutidas as medidas a serem adotadas em caso de bombardeamento da cidade. Nas palavras do comandante português, representante da esquadra estrangeira, seria evitada qualquer atitude que pudesse ser tomada "como um ato de ingerência nos negócios internos do país."<sup>35</sup>

Apesar da neutralidade de seus comandantes, a esquadra estrangeira teve seus interesses comerciais ameaçados pela presença das forças insurgentes no litoral do Rio de Janeiro. Estabelecendo completo controle na baía, a estratégia de Custódio de Mello constituiu-se em interditar a chegada de mercadorias na alfândega do Rio, impossibilitando deste modo o recolhimento de taxas aduaneiras, que representavam grande parcela das rendas da união, e, impedindo, ao mesmo tempo, o desembarque de armas para o governo.

Para atingir tais objetivos, Custódio ordenava, ainda em setembro, que os navios mercantes se deslocassem para o fundo da baía. Em nota de protesto, os comandantes estrangeiros responderiam que "os navios de comércio estrangeiro entrando no porto do Rio de Janeiro gozam de toda a liberdade do tempo de paz e não podem, por consequência, sofrer nem estorvo nem visita de espécie alguma da parte do Sr. contra-almirante Mello."<sup>36</sup>

Apesar do protesto, Custódio insistia que os navios que quisessem permanecer no porto seriam "obrigados a sofrer os embaraços impostos pelas operações de guerra."<sup>37</sup>

Em 28 de setembro, o ministro norte-americano no Brasil, Thomas Thompson, instruiu o comandante do navio mercante Charleston para proteger as mercadorias a bordo contra qualquer intervenção dos insurgentes, recorrendo à força, se esta fosse necessária.<sup>38</sup>

Durante os três primeiros meses da revolta, a atuação dos Estados Unidos e dos demais países estrangeiros se harmonizaram no sentido de proteger o desembarque de suas mercadorias no porto do Rio de Janeiro.

No final de outubro, o Departamento de Estado recomendava Thompson no sentido de que este mantivesse "uma atitude de expectador indiferente" em relação à política brasileira.<sup>39</sup> No início do mês de dezembro, entretanto, dois acontecimentos levariam a

uma completa mudança na política externa norte-americana em relação ao Brasil: o primeiro deles seria o manifesto de teor monárquico do Almirante Saldanha da Gama,<sup>40</sup> ao aderir a revolta, e o segundo dizia respeito ao comunicado enviado por Thompson ao Departamento de Estado, afirmando que o governo brasileiro possuía dois depoimentos juramentados comprovando a participação da Grã-Bretanha em favor dos insurgentes.<sup>41</sup>

Estas ocorrências faziam com que os Estados Unidos abandonassem a política de neutralidade e se aliassem ao governo de Floriano, no combate a esquadra revolucionária.

O Departamento de Estado norte-americano estava extremamente interessado na sobrevivência do regime republicano brasileiro. A assinatura do tratado comercial de 1891 e a tentativa de aproximação do governo brasileiro com os Estados Unidos correspondiam satisfatoriamente a política expansionista norte-americana.

Walter Gresham, Secretário de Estado na gestão do presidente Claveland, também orientaria seus esforços nos sentido de assegurar o predomínio norte-americano no continente. Segundo Gresham, os mercados latino-americanos deveriam, além de consumir parte da super-produção dos Estados Unidos, fornecer as matérias-primas necessárias ao desenvolvimento industrial de seu país. O livre acesso a estas matérias-primas faria, em sua opinião, com que os Estados Unidos vencessem definitivamente a concorrência da Grã-Bretanha na disputa de mercados para os produtos industrializados.

Em maio de 1894, ele escrevia:

Nossas manufaturas devem dispor de matérias-primas que devem entrar livremente no país. Isto... capacitaria nosso povo a competir com a Grã-Bretanha nos mercados externos.<sup>42</sup>

Matilda Gresham, na biografia de seu marido, afirma que a revolta da Marinha brasileira muito preocupou o Secretário de Estado e que o ministro do Brasil em Washington, Salvador de Mendonça, aparecia diariamente em seu apartamento para discutir os últimos acontecimentos.<sup>43</sup> Sra. Gresham argumenta também que o interesse de seu marido no movimento revolucionário de 1893 foi devido, em grande parte, à pressão exercida pela elite comercial norte-americana com interesses no Brasil.<sup>44</sup>

Para confirmar o depoimento da Sra. Gresham, podemos citar

o caso do presidente da Standard Oil Company, William Rockefeller, que extremamente interessado no mercado brasileiro enviava mensagem ao Secretário de Estado, solicitando que este empenhasse seus esforços no sentido de proteger os interesses norte-americanos no Brasil.<sup>45</sup>

Em carta a Isador Straus, que também se preocupava com a possível perda do mercado brasileiro, Gresham afirmou:

Nossa administração nada negligenciou para proteger os interesses norte-americanos no Rio; e eu digo ao senhor, em sagredo, que se os europeus tentarem restabelecer a monarquia no Brasil, a Doutrina Monroe será mantida. Eu não repetirei aqui as instruções enviadas para o ministro norte-americano na Grã-Bretanha, sobre este assunto. O senhor certamente irá entender a importância do sigilo neste assunto.<sup>46</sup>

A mudança de atitude dos Estados Unidos no sentido de apoiar o governo de Floriano Peixoto levaria, segundo depoimento de Joaquim Nabuco, a uma completa reestruturação das forças navais presentes na baía.

A situação na baía tinha inteiramente mudado. Ao passo que as outras nações diminuía as suas forças, as dos Estados Unidos tornavam-se verdadeiramente imponentes. Ao **Charleston**, ao **Newark** e ao **Detroit** tinham vindo juntar-se mais dois grandes cruzadores, o **San Francisco** e o **New York**, formando em nosso porto, uma grande esquadra branca. Era visivelmente uma demonstração, devida, talvez, à desconfiança ou receio de preponderância européia no Brasil.<sup>47</sup>

Em Washington, Salvador de Mendonça encarregava-se de organizar uma esquadra para mandar ao Brasil e apressava-se em comprar armas e munições.<sup>48</sup>

Em carta a Thompson, o consul norte-americano em Recife, David Burke, comunicava, em 16 de janeiro de 1894, a chegada naquela capital de dois navios e de um torpedeiro procedentes dos Estados Unidos. Na mesma correspondência, ele registrava queixa contra o péssimo comportamento da tripulação do navio America, afirmando que os mesmos constituíam "uma vergonha, um escândalo, uma desgraça para nossa bandeira, nosso país e para os cida-

dãos americanos que aqui residem. "49 Burke informava ainda que os 170 marinheiros enviados de seu país haviam sido contratados por um salário que variava de 100 a 500 dólares mensais e que os oficiais receberiam 5.000 dólares por 3 meses de serviço.<sup>50</sup>

Em fins de janeiro, o comandante da esquadra norte-americana, Almirante Benham, já exercendo pleno controle na baía, proibia as forças insurgentes de revistar os navios estrangeiros, mesmo que estes transportassem mercadorias que pudessem ser definidas como "contrabando de guerra." Tal procedimento seria considerado um ato de pirataria e, como tal, seria revidado.<sup>51</sup>

Ainda no mês de janeiro, o comandante da esquadra norte-americana roubava dos revoltosos a última esperança de sucesso, ao negar-lhes o reconhecimento do estado de beligerância. Com o objetivo de cortar o suprimento de combustível para a capital do país, as forças de Saldanha da Gama haviam se apoderado de uma grande quantidade de carvão pertencente à Grã-Bretanha. Pressionado por tal acontecimento, o embaixador inglês sugeriu aos demais representantes que os mesmos reconhecessem os revoltosos como beligerantes, o que poderia eliminar as hostilidades contra a esquadra estrangeira.<sup>52</sup> O ministro norte-americano foi o único a não aceitar a proposta e o reconhecimento de beligerância não foi concedido aos insurgentes.<sup>53</sup>

Apesar do presidente Cleveland declarar que "nossa firme atitude de neutralidade foi mantida até o fim,"<sup>54</sup> os fatos acima mencionados demonstram que os Estados Unidos, pelas razões já discutidas, assumiram a defesa do governo de Floriano Peixoto. Os próprios historiadores norte-americanos reconhecem que,

Apesar do termo neutralidade ser mencionado várias vezes para definir a atitude dos Estados Unidos em relação ao Brasil, corretamente falando, este termo foi bastante impróprio para definir o que realmente aconteceu.<sup>55</sup>

O que nem sempre a historiografia norte-americana esclarece, entretanto, é que a intervenção do Departamento de Estado na revolta de 1893 não se verificou para proteger a população indefesa da cidade do Rio, mas sim para salvaguardar os interesses comerciais dos Estados Unidos no Brasil. Todavia, o ponto que os historiadores, muito freqüentemente, deixam de enfatizar encontra-se claramente exposto no relatório do Secretário da Marinha em 1894:

...Almirante Benham foi enviado ao Rio de Janeiro.

Chegando lá no dia 12 de Janeiro de 1894, ele assumiu o comando temporário... da mais poderosa frota que os Estados Unidos até então tiveram em águas estrangeiras. A vigorosa proteção dos interesses americanos pelo Almirante Benham atingiu resultados imediatos, e acreditamos, que sua decidida ação exercerá influências num grande número de países onde revoluções são tão freqüentes que ameaçam constantemente os direitos dos cidadãos americanos.<sup>56</sup>

A necessidade de defender os "direitos" e os interesses dos cidadãos norte-americanos justificou também a intervenção do Departamento de Estado na Nicarágua (1894), na Venezuela (1895) e em Cuba (1898), estruturando-se, nesta década, as bases do imperialismo norte-americano na América Latina.

Os fatos analisados neste trabalho nos levam a questionar um ponto tradicionalmente aceito pela historiografia brasileira e que se refere ao pretenso nacionalismo econômico da recém inaugurada república brasileira. Na realidade, a mudança do regime político não significou uma ruptura com os centros hegemônicos capitalistas, mas sim uma tentativa de acomodação às transformações ocorridas no centro do sistema.

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul  
Pós-Graduação em História  
Porto Alegre — Brasil

#### NOTAS

- \* Este trabalho foi apresentado na Universidade de Vanderbilt em 1980 como um capítulo da tese de mestrado "The Military Politics in the Early Years of the Brazilian Republic: 1889-1894".
- 1 Em John Strachey, *The End of the Empire* (London: Victor Gollancz, 1959), p. 79.
  - 2 Em Paul Theodore Ellsworth, *The International Economy, Its Structure and Operation* (New York: Macmillan, 1950), p. 414.
  - 3 Antônio Felício dos Santos, "Auxílios a indústria", *Jornal do Comércio*, 6 de Julho de 1892, citado em Richard Graham, *Britain and the Onset of Modernization in Brazil: 1850-1914* (Cambridge: Cambridge University Press, 1968), p. 300.
  - 4 Dunshee de Abranches, *Actas e Actos do Governo Provisório* 3ª edição (Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Jornal do Brasil, 1953), p. 209.
  - 5 *Ibid.* p. 124.
  - 6 *Foreign Relations of the United States, 1891* (Washington: Government Printing Office, 1892), p. 51.
  - 7 Em Walter LaFeber, *The New Empire, An Interpretation of American Expansion, 1860-1898* (New York: Cornell University Press, 1963), p. 105.
  - 8 *Ibid.* p. 10.
  - 9 *Ibid.*
  - 10 *Ibid.*
  - 11 *Ibid.*

- 12 Em William Appleman Williams, **The Tragedy of American Diplomacy**, 2nd. ed. (New York: Dell Publishing Co., 1972) p. 32.
- 13 Em Walter LeFeber, **The New Empire**, p. 106.
- 14 A. Curtis Wilgus, "James G. Blaine and the Pan-American Movement", **Hispanic American Historical Review** 5 (November 1922), p. 667.
- 15 Blaine to Conger, Washington D.C., November 9, 1891 — Diplomatic Instructions of Department of State, 1801-1906 — Brazil March 12, 1876 — November 25, 1893 — National Archives, File microfilm Film No. 77, Roll No. 25.
- 16 "But Blaine wanted and expected his proposal for a 'peace' congress of all the Americas to be an extraordinary device for achieving other ends as well. He was much concerned about the possibility of European intervention and influence in New World and concluded that the role of the United States affairs needed to be greatly expanded, as it would be by playing host to a Pan-American Conference." Russel H. Bastert, "A New Approach to the Origins of Blaine's Pan American policy," **Hispanic American Historical Review** 39 (August 1959), p. 412.
- 17 **New York Herald**, 1 October 1889, citado em A. Curtis Wilgus, "Blaine and the Pan-American Movement", p. 694.
- 18 *Ibid.*, p. 113.
- 19 Em Alice F. Tyler, **The Foreign Policy of James G. Blaine** (Minneapolis: The University of Minnesota Press, 1927), p. 184.
- 20 Citado em Paul S. Holbo, "Economics, Emotion and Expansion: An Emerging Foreign Policy," em H. Wayne Morgan, ed., **The Gilded Age**, 2nd. ed. (Syracuse: Syracuse University Press, 1970), p. 206.
- 21 O texto da McKinley Bill encontra-se transcrito em Alice Tyler, **Foreign Policy of Blaine**, p. 187.
- 22 James Lawrence Laughlin e H. Parker Willis, **Reciprocity** (New York: The Baker & Taylor Co., 1903), p. 208.
- 23 O texto do acordo comercial de 5 de Fevereiro de 1891 encontra-se transcrito em **Foreign Relations of the United States**, pp. 47-49.
- 24 **O Estado de São Paulo**, 8 de Fevereiro de 1891.
- 25 *Ibid.*, 10 de Fevereiro de 1891.
- 26 Conger to Blaine, Rio de Janeiro, April 2, 1891 — Despatches from United States Minister to Brazil, October 4, 1890 — June 26, 1891. File microcopies of Records in the National Archives No. 121, Roll 52, Vol. 50, Washington, The National Archives, 1947.
- 27 Blaine to Conger, Washington, D.C., May 23, 1891. Diplomatic Instructions of Department of State, 1801-1906 — Brazil March 12, 1875 — November 25, 1893 — National Archives, File Microfilm File No. 77, Roll No. 25.
- 28 Citado em Luiz Alberto Moniz Bandeira, **Presença dos Estados Unidos no Brasil — Dois Séculos de História** (Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1973), p. 135.
- 29 Walter LaFerber, **The New Empire**, p. 120.
- 30 Moniz Bandeira, **Presença dos Estados Unidos no Brasil**, p. 138.
- 31 Steve Topik, "Informal Empire? US-Brazilian Trade Treaty of 1891," (MA Thesis, University of Texas at Austin, 1974); Lawrence F. Hill, **Diplomatic Relations Between the United States and Brazil** (North Carolina: Duke University Press, 1932), pp. 268-72.
- 32 Sobre a crítica do Tratado de 5 de Fevereiro, considerado no contexto da política expansionista norte-americana, ver Eduardo Prado, **A Ilusão Americana**, 2ª edição (São Paulo: Livraria e Oficinas Magalhães, 1917).
- 33 Sobre a estrutura e o desempenho das forças armadas brasileiras na 1ª década republicana ver June Hahner, **Civilian-Military Relations in Brazil 1889-1898** (Columbia: University of South Carolina Press, 1969).

- de 1893, 2 Vols. (Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1938), Vol. 2, p. 269.
- 35 Em Sérgio Correa da Costa, **A Diplomacia do Marechal — A intervenção estrangeira na Revolta da Armada** (Rio de Janeiro: Editora Zelio Valverde, 1945), p. 44.
- 36 Em Joaquim Nabuco, **A Intervenção Estrangeira Durante a Revolta da Armada de 1893** (São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939), p. 20.
- 37 *Ibid.* p. 20.
- 38 Thompson to Gresham, Petropolis October 1, 1893, "Despatches from U.S. Ministers to Brazil: October 1 — December 31, 1893". File Microcopies of Records in the National Archives, No. 121, Roll 57, Vol. 55.
- 39 **Foreign Relations of the United States, 1893** (Washington: Government Printing Office, 1894), p. 63.
- 40 *Ibid.* p. 84.
- 41 Thompson to Gresham, Petropolis Dec. 14, 1893. "Despatches" Vol. 55.
- 42 Em Walter LaFeber, "United States and the Brazilian Revolution, 1893-1894," **Hispanic American Historical Review** 40 (February 1960), p. 113.
- 43 Matilda Gresham, **The Life of Walter Quintin Gresham, 1842-1895**, 2 Vols. (Chicago: Rand McNally & Co., 1919), Vol. 2, p. 777.
- 44 *Ibid.*, p. 778.
- 45 Em Walter LaFeber, "United States and the Brazilian Revolution", p. 114.
- 46 *Ibid.*
- 47 Joaquim Nabuco, **A Intervenção Estrangeira**, p. 72.
- 48 Múcio Leão, **Salvador de Mendonça** (Rio de Janeiro: Gráfica Tupy Limitada Editora, 1952), pp. 85-86.
- 49 **Foreign Relations, 1893**, p. 125.
- 50 *Ibid.*
- 51 Thompson to Gresham, Feb. 9, 1894, "Despatches", Vol. 56.
- 52 **Foreign Relations, 1893**, pp. 116 e 119.
- 53 "Those present, except myself, seemed to acquiesce in what Mr. Wyndham said, but there was no other definite expression on the subject." Thompson to Gresham, Feb. 1, 1894. "Despatches", Vol. 56.
- 54 Em Walter LaFeber, "United States and the Brazilian Revolution", p. 116.
- 55 L. F. Hill, **Diplomatic Relations Between United States and Brazil**, p. 274. "It would be more correct to say that the United States policy made the winner." Michael B. McCloskey, "The United States and the Brazilian Naval Revolt, 1893-1894" **The Americas** 2 (January 1946) p. 321. "The position that the naval and diplomatic officers of the United States had taken in the course of the revolt was in effect an aid to the cause of the titular government." Charles A. Timm, "The Diplomatic Relations Between The United States and Brazil during the Naval Revolt of 1893", **The Southwestern Political and Social Science Quarterly** 5 (September 1924), p. 137.
- 56 Citado em Michael McCloskey, "The United States and the Brazilian Revolt", p. 321.